

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025 DO CONSELHO DE DIRIGENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO DA UNIÃO (DICON)

Data: 16 de setembro de 2025

Horário: 14h30 a 16h30

Local: Híbrida (Teams e Sala de Reuniões 12º andar da Sede da CGU em Brasília/DF)

Abertura e pauta

A reunião foi iniciada às 14h30 pelo Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, Ronald da Silva Balbe, Presidente do Dicon, e contou com a seguinte pauta:

1. Assinatura de Termo de Cooperação Institucional IIA Brasil e Dicon;
2. Atualizações sobre Comissões Técnicas:
 - a. Capacitação, Certificação e Desenvolvimento de Competências – 10 min
 - b. Auditoria de Pessoal – 10 min
 - c. Auditorias assistidas por ferramentas de TIC – 10 min
 - d. Promoção da Certificação do IA-CM – 15 min
 - e. Auditoria nas Contas – 30 min

1. Assinatura de Termo de Cooperação entre o IIA Brasil e o DICON

Com a presença do Diretor-presidente do IIA Brasil, Sr. Paulo Roberto Gomes, e da *Head* de Relacionamento, Sra. Cristiane Casagrande, foi assinado termo que visa estabelecer cooperação e concessão de descontos em treinamentos, associações e no Conbrai - Congresso Brasileiro de Auditoria Interna.

2. Atualização sobre Comissões e Competências

a) Comissão Técnica de Capacitação, Certificação e Desenvolvimento de Competências

A coordenadora da comissão, Sra. Marcela Jacominy (CGU), ponderou que o objetivo do grupo é criar diretrizes para o desenvolvimento profissional contínuo dos auditores. A comissão irá realizar reuniões e *benchmarks* com outras entidades, como a Câmara dos Deputados e o Senado, para coletar subsídios e definir um modelo mínimo de gestão de competências. Ela informou que existe uma deliberação no âmbito da Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCCI) que serviu de insumo para o grupo.

A comissão está responsável por desenvolver diretrizes para a capacitação de auditores e tem como proposta de produto emitir uma Resolução e organizar um banco de capacitações. A sua

Resolução incluirá um modelo de níveis de competências com curadoria de conteúdo para treinamentos e tem entrega prevista para maio do próximo ano.

b) Comissão Técnica de Auditoria de Pessoal

A Sra. Rejane Ribeiro Mangabeira (STJ) coordenou a apresentação dos trabalhos da Comissão Técnica de Auditoria de Pessoal, que incluiu a realização de um questionário para avaliar a carga de trabalho dos órgãos. Vinte órgãos responderam esse questionário, entre tribunais, órgãos do legislativo e militares, ou seja, houve uma representação de todos os poderes.

Os dados mostraram que 85% dos órgãos dedicam até 25% de sua carga de trabalho à análise de atos de pessoal e 60% sugeriram mudanças no modelo de análise. A proposta do grupo inclui a solicitação para que representantes de diferentes Poderes possam participar das discussões no TCU. A tabulação dos dados coletados permitiu verificar que o Poder Executivo apresenta uma realidade bem diferente dos demais poderes, considerando especificamente os dados oferecidos pelo Exército e uma vez que o volume de atos que a auditoria interna dos militares analisa é infinitamente maior que do Judiciário e do Legislativo. O relatório do estudo foi elaborado pelo colega Maurício (TRT 5ª região) e o documento evidencia que essa atribuição atípica das análises de atos de registro vem causando relevante impacto na capacidade operacional das autórias internas, uma vez que a atuação da auditoria deve ser pautada em planejamento baseado em risco, deixando de se manifestar de forma obrigatória em todos os atos. Contudo, por razão do cenário da auditoria interna do Executivo, esse relatório não será enviado ao TCU, mas será assinado e remetido ao presidente do Dicon como produto final da comissão.

O presidente do Dicon enfatizou a necessidade de uma reunião com o Tribunal para discutir os resultados da pesquisa de auditoria de pessoal, reconhecendo a heterogeneidade entre os poderes. Felipe Goulart, do Conselho Nacional de Justiça, se apresentou e ofereceu apoio ao Dicon. Maurício mencionou a importância de ouvir o TCU sobre a análise de atos de pessoal, destacando uma janela de oportunidade para colaboração. Fábio Martins (TRT-23) acrescentou que além de 25% de dedicação à análise de atos de pessoal, há também o apoio à auditoria anual de contas que gira em torno de 50%, então tem unidade da auditoria interna que está com 70% - 80% de sua força de trabalho dedicada ao TCU.

c) Comissão Técnica de Auditorias assistidas por ferramentas de TIC

O coordenador, Sr. Wadson Sampaio Pereira (STJ), relatou que a comissão está avançando em suas atividades, com quatro reuniões realizadas até o momento. Foram abordados temas como auditoria, vulnerabilidade de código e a criação de oficinas práticas, incluindo uma sobre o uso de Python para manipulação de dados. Ele comentou, ainda, sobre a importância de se criar um banco de ideias e documentar casos de uso para facilitar a adaptação e aplicação de soluções tecnológicas.

André Paixão (Senado) citou o trabalho de uma colega do TRT/BA, Fernanda, que criou uma rotina para a fiscalização de contratos de terceirização de mão de obra de forma completamente automatizada e também sugeriu o estabelecimento de uma meta de nos próximos 12 meses se desenvolver um repositório de boas práticas, visando apresentar os resultados no próximo Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental, em 2026.

Wadson informou que a ideia é justamente essa. São 21 integrantes que estão na comissão e serão realizadas oficinas práticas, gravadas e documentadas para serem disponibilizadas a todos

do Dicon. No próximo fórum possivelmente teremos mais resultados ainda. Atualmente, eles estão em um momento de alinhamento, com resultados bem expressivos.

d) Comissão Técnica de IA-CM

Diocésio Sant'Anna apresentou o andamento da Comissão Técnica do IA-CM que é composta por 17 membros de diversos tribunais, incluindo TRTs e Tribunais de Justiça, refletindo a colaboração entre diferentes órgãos do Judiciário.

Ele fez uma apresentação detalhada durante a reunião, destacando o contexto nacional do IA-CM, mencionando iniciativas como a Rede Qualifica (CCCI/CGU), o CONACI, o SIAUD-JUD e o fomento do Banco Mundial, que exige o nível 3 do IA-CM em contratos de empréstimo.

Entre os produtos previstos pela comissão estão:

- Uma política de comunicação do IA-CM, para facilitar a implementação e o convencimento da alta administração;
- Um repositório de boas práticas do IA-CM, incluindo autoavaliações, relatórios, políticas, processos, procedimentos e sistemas, para ser compartilhado entre os órgãos;
- Realização de autoavaliações conjuntas entre os membros da comissão, com a meta de que todos realizem sua autoavaliação até o próximo evento anual;
- Reuniões para debates técnicos e unificação de entendimentos, especialmente para facilitar autoavaliações e validações externas.

Diocésio abordou a importância de aproveitar a janela de oportunidade para discutir a capacidade das auditorias internas e a colaboração com o TCU. Ele mencionou que a maioria dos órgãos gasta uma parte significativa de sua força de trabalho em processos mandatórios, o que gera a necessidade de melhorias.

Mencionou-se a reestruturação da auditoria do Senado, que buscou uniformizar critérios e procedimentos. Foi comentado, ainda, sobre a transformação da equipe de auditoria do TJDFT desde 2020, destacando a importância do IA-CM e a mudança de mentalidade em relação ao trabalho. A equipe agora se sente mais madura e confiante em suas avaliações.

e) Discussão sobre Certificação de Contas e Comunicação com o TCU

André Paixão (Senado) apresentou um panorama detalhado dos desafios e encaminhamentos relacionados à certificação e auditoria de contas anuais nos órgãos públicos. O grupo identificou que a certificação de contas, apesar de qualificar o trabalho e gerar insumos relevantes, também consome grande parte da força de trabalho das auditorias internas, chegando a 70-80% em algumas unidades. Isso limita a atuação em outras áreas relevantes. Foi ressaltada a necessidade de se criar um canal institucional de comunicação com o TCU para uniformizar entendimentos e propor ajustes normativos, inclusive para prorrogar prazos e discutir critérios para asseguarção razoável e revisão por pares.

Foi enfatizada a necessidade de um consenso dos diversos órgãos do DICON ao se discutir com o TCU para se evitar complicações futuras. Foi destacado que houve reuniões com a equipe da CGU e a proposta de alteração do modelo de certificação de contas, que pode ser um bom ponto

de partida. A resistência da AudFinanceira em aceitar mudanças sem garantias de asseguuração foi mencionada como um desafio.

No entendimento da equipe técnica do TCU, na conversa com a AudFinanceira, o Carvalho e a equipe, ponderaram que é preciso, por exemplo, prorrogar o prazo para a asseguuração razoável, porque o próprio TCU não vai conseguir fazer uma asseguuração razoável em 2026. O próprio Tribunal não tem clareza de todos os critérios para fazer a asseguuração razoável. A revisão por pares também não está definida.

Os diversos órgãos do DICON têm a percepção que a auditoria financeira se repete bastante e que à medida que vai se executando ela, ela passa a cada vez agregar menos valor. A cada vez que se repete a auditoria, ela agrega cada vez menos valor, o que é algo contraditório, porque gasta-se um esforço gigantesco para uma coisa que o ganho marginal de incremento de valor é muito pequeno.

Fábio Martins (TRT-23) trouxe dúvidas sobre a certificação de contas no judiciário e legislativo, sugerindo a possibilidade de auditorias em grupo e questionando a frequência das certificações, se não poderia ser realizada a cada dois anos. Adail também contribuiu, defendendo que a auditoria anual pode não ser necessária para contas com baixa materialidade.

Proposta de Autoavaliação das UCIs e Planejamento de Ações Futuras

Durante a reunião, Angerico Alves (TCU) mencionou as dificuldades enfrentadas pelas UCIs em implementar uma sistemática sustentável de auditoria interna. Ele enfatizou que a coleta de informações será feita por meio de um formulário que será enviado por e-mail, com o objetivo de obter uma visão unificada das UCIs sobre suas operações e resultados.

Serão coletadas informações sobre composição e organização da UCI, a amplitude dos trabalhos de auditoria que foram realizados, percepção do impacto da ação da auditoria financeira às contas anuais, percepções de resultados, contribuições para a melhoria do processo. O formulário terá capítulos para tratar especificamente desses assuntos e também haverá a oportunidade de contribuição com respostas abertas.

3. Considerações finais

O Presidente do Conselho demonstrou muita satisfação com as conexões geradas e ressaltou que todas as comissões superaram as expectativas. Ele agradeceu a dedicação que todos tiveram ao longo desses meses, desde a primeira reunião, ainda em abril, quando tivemos o compromisso de retomar as comissões. O resultado de todo esse investimento pode ser visto nas apresentações que todas as comissões trouxeram, e foi reservado um maior tempo para a comissão de auditoria de contas para se poder justamente ouvir mais.

Ronald agradeceu a participação de todos os membros presentes e reforçou o convite para participação na 4ª reunião (plenária e técnica), a realizar-se no dia 18 de novembro de 2025, quando começaremos a discutir a preparação do fórum de 2026.